

Encargo de exploração:

Para além dos encargos tributários legais, a ESANMET, em relação a cada concessão que lhe vier a ser conferida ao abrigo do contrato, terá como encargo de exploração, para além de uma contrapartida inicial em montante a negociar e em referência à assinatura do contrato de concessão, a obrigação de pagar anualmente à DGEG, de acordo com o exclusivo critério e opção desta:

Uma percentagem de 10 % dos lucros líquidos da exploração, a determinar de acordo com as regras estabelecidas pelo SNC-Sistema de Normalização Contabilística (saldo da conta 818 — resultado líquido), podendo haver lugar a pagamento em espécie até 0,25 %; ou Uma percentagem de 3,5 % e 4 %, respetivamente para o zinco e para o cobre e minérios associados sobre o valor à boca da mina dos produtos mineiros ou concentrados expedidos ou utilizados, podendo haver lugar a pagamento em espécie até 0,25 %.

27 de dezembro de 2016. — A Subdiretora-Geral, *Cristina Lourenço*.
310145471

Contrato (extrato) n.º 22/2017

Nos termos do n.º 4 do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 88/90, de 16 de março, publica-se o extrato do contrato para prospeção e pesquisa de depósitos minerais de cobre, chumbo, zinco, prata e minerais associados, com o número de cadastro MN/PP/011/16, para uma área nos concelhos de Alcácer do Sal e Grândola, denominada “Alcácer”, celebrado em 23 de novembro de 2016.

Titular dos direitos: ESANMET PORTUGAL, UNIPESSOAL LDA.
Área concedida: (344,329 km²) delimitada pela poligonal cujos vértices se indicam seguidamente, em coordenadas no sistema PT-TM06/ETRS89:

Vértice	X (m)	Y (m)
1	-47997,230	-137000,312
2	-28019,785	-146158,890
3	-22060,060	-155024,214
4	-17199,470	-157970,026
5	-14596,952	-164199,529
6	-17340,927	-161809,134
7	-20703,970	-161075,660
8	-23294,986	-159276,718
9	-25596,435	-157864,215
10	-28093,085	-155847,385
11	-33170,808	-153893,043
12	-33141,054	-153799,014
13	-32961,160	-152581,932
14	-32908,262	-151576,519
15	-33956,014	-151184,957
16	-37211,685	-153299,110
17	-37547,345	-155083,629
18	-37851,968	-155081,010
19	-49712,891	-155081,225

Caução: 40.000,00 €

Período de vigência: Inicial de 3 anos, prorrogável por 1 ano, no máximo de 2 vezes.

Trabalhos mínimos obrigatórios:

Período inicial

No 1.º (primeiro) ano:

Compilação, análise e reinterpretação dos dados geológicos e mineiros existentes;

Reprocessamento dos dados de geofísica;

“Relogging” e amostragem de sondagens antigas.

No 2.º (segundo) ano:

Levantamentos geológicos na área;

Levantamentos geofísicos;

Execução de sondagens e amostragem.

No 3.º (terceiro) ano:

Levantamentos geológicos de detalhe sobre setores chave do Complexo Vulcano-Sedimentar (CVS);

Levantamentos complementares de geofísica;

Execução de sondagens e amostragem para geoquímica multi-elementar.

Em cada prorrogação:

Os trabalhos a realizar nas prorrogações serão determinados em função dos resultados obtidos nos anos anteriores.

Investimentos mínimos obrigatórios:

Período inicial: € 400.000,00 (quatrocentos mil euros).

Nas prorrogações: € 200.000,00 (duzentos mil euros).

Encargos de prospeção e pesquisa:

Pagamento à DGEG de um encargo anual no montante de 10.000,00 (dez mil euros).

Encargo de exploração:

Para além dos encargos tributários legais, a ESANMET, em relação a cada concessão que lhe vier a ser conferida ao abrigo do contrato, terá como encargo de exploração, para além de uma contrapartida inicial em montante a negociar e em referência à assinatura do contrato de concessão, a obrigação de pagar anualmente à DGEG, de acordo com o exclusivo critério e opção desta:

Uma percentagem de 10 % dos lucros líquidos da exploração, a determinar de acordo com as regras estabelecidas pelo SNC-Sistema de Normalização Contabilística (saldo da conta 818 — resultado líquido), podendo haver lugar a pagamento em espécie até 0,25 %; ou

Uma percentagem de 3,5 % e 4 %, respetivamente para o zinco e para o cobre e minérios associados sobre o valor à boca da mina dos produtos mineiros ou concentrados expedidos ou utilizados, podendo haver lugar a pagamento em espécie até 0,25 %.

27 de dezembro de 2016. — A Subdiretora-Geral, *Cristina Lourenço*.

310146184

Édito n.º 25/2017**Processo EPU N.º 14108**

Faz-se público que, nos termos e para os efeitos do artigo 19.º do Regulamento de Licenças para Instalações Elétricas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 26 852, de 30 de julho de 1936, com redação dada pela Portaria n.º 344/89, de 13 de maio, estará patente na Secretaria da Câmara Municipal de Ponte de Sôr e na Área Sul-Alentejo desta Direção-Geral, sita em Zona Industrial de Almeirim, 18; 7005-639 Évora, com o telefone 266750450, fax 266743530, e-mail energia.alentejo@dgeg.pt, todos os dias úteis, durante as horas de expediente, pelo prazo de quinze dias, a contar da publicação deste édito no “*Diário da República*”, o projeto apresentado pela EDP Distribuição-Energia, SA — Direção de Rede e Clientes Tejo, para o estabelecimento de Modificação da Linha de MT aérea a 30 kV (N.º 1213 L3 0136), com 391.92 metros, com origem no Apoio n.º 1 e término no Apoio n.º 4 da presente Linha de MT, para o PT PSR 0137C — Tramaga, freguesia de União das freguesias de Ponte de Sôr, Tramaga e Vale de Açor, concelho de Ponte de Sôr, a que se refere o processo mencionado em epígrafe.

Todas as reclamações contra a aprovação deste projeto deverão ser presentes na Área Sul-Alentejo desta Direção-Geral ou na Secretaria daquela Câmara Municipal, dentro do citado prazo.

14-11-2016. — A Diretora de Serviços de Energia Elétrica, *Maria José Espírito Santo*.

310179995

Édito n.º 26/2017**Processo n.º 171/14.16/1229**

Faz-se público que, nos termos e para os efeitos do art. 19.º do Regulamento de Licenças para Instalações Elétricas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 26852, de 30 de Julho de 1936, com a redação dada pela Portaria n.º 344/89, de 13 de maio, estará patente na Direção-Geral de Energia e Geologia, sita em Av. 5 de outubro, n.º 208 (Edifício Sta. Maria), 1069-203 Lisboa, tel. 217922700/800, e na Secretaria da Câmara Municipal de Santarém, durante 15 dias, e nas horas de expediente, a contar da publicação destes éditos no *Diário da República*, o, projeto apresentado pela EDP Distribuição — Energia, S. A. — Direção de Rede e Clientes Tejo, a que se refere o processo em epígrafe, para o estabelecimento da Modificação da Linha Aérea a 15 (30) kV, n.º 1416L2047200, com 113 m, com origem no apoio n.º 9 da linha para o PT STR 0008D — Vale de Figueira e término no PT STR 0242D — Aroeira; PT STR 0242D